



A Lei PROTECT

Em 5 de agosto de 2026, a Governadora Healey sancionou a Lei PROTECT, que estabelece as proteções mais fortes do país contra o ICE.

✓ Proteção do Acesso a Locais Sensíveis

Lei PROTECT para proibir prisões de imigrantes sem ordem judicial em:

- **Tribunais** (A partir de 3 de novembro de 2026)
- **Escolas** públicas, escolas charter, escolas profissionalizantes e técnicas (vo-tech) e escolas agrícolas
- **Centros de educação e cuidados infantis**, creches familiares ou estabelecimentos de cuidados em grupo licenciados ou financiados pelo Departamento de Educação e Cuidados na Primeira Infância de Massachusetts
- **Estabelecimentos de saúde**, incluindo hospitais, centros comunitários de saúde, programas de tratamento de transtornos por uso de substâncias e casas de repouso
- **Edifícios estaduais**, terrenos e outras áreas sob controle do estado, incluindo a State House

✓ Apoio a Famílias, Trabalhadores e Sobreviventes

A Lei PROTECT oferece aos residentes novas ferramentas para planejar e proteger seu futuro.

- **Tutela em caráter preventivo** (Standby Guardianship): Os pais agora podem estabelecer antecipadamente uma tutela para seus filhos caso sejam detidos ou deportados pelo ICE.
- **Aviso sobre auditorias do Formulário I-9**: Os empregadores agora são obrigados a notificar seus funcionários no prazo de 48 horas após receberem um aviso de auditoria do Formulário I-9.
- **Certificações para vistos U e T**: A partir de 3 de novembro de 2026, o processo para que sobreviventes de crimes e de tráfico de pessoas obtenham a certificação das agências competentes (como a polícia e os promotores) para apoiar seus pedidos de visto U ou T será mais rápido e padronizado. As agências certificadoras de Massachusetts agora terão 45 dias para responder aos pedidos de certificação e 14 dias úteis para responder em determinadas situações urgentes.

✓ A Lei PROTECT também:

- **Permite que as pessoas processem funcionários públicos — incluindo autoridades federais, como agentes do ICE — nos tribunais estaduais por violarem seus direitos constitucionais federais.**
- **Autoriza a Procuradora-Geral a ajuizar** ações caso tropas federais interfiram na votação ou caso agentes do ICE realizem prisões em locais protegidos, incluindo os tribunais.
- Estabelecerá novos requisitos relacionados ao **acesso a serviços jurídicos, notificação de transferências, acesso linguístico e comunicação** para pessoas detidas em Massachusetts, bem como para seus familiares e advogados que precisem entrar em contato com elas. (A partir de 3 de novembro de 2026)
- **Proíbe novos acordos 287(g)**, exceto em circunstâncias específicas e limitadas, e proíbe autoridades estaduais e locais de deter ou manter uma pessoa sob custódia para entregá-la ao ICE sem uma ordem judicial.
- Cria uma nova **Comissão de Imigração** para investigar e formular recomendações sobre questões migratórias em Massachusetts, com efeito imediato.



Governor Maura T. Healey
Lt. Governor Kim Driscoll

Mass.gov/ProtectAct